

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA (05/05 – 09/05)
FRENTE PARLAMENTAR DO EMPREENDEDORISMO

PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

07/05 – Quarta-Feira (14h)

3 - PLP 257/2020

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para ampliar a representação empresarial no Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – CONDEL/SUDECO.

Autor: Sen. Izalci Lucas (PSDB/DF)

Posição FPE: **Acompanhar**

Resultado: Retirado de pauta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

05/05 – Segunda-Feira (9h)

Finalidade: Ciclo de debates do novo Estatuto do Trabalho, (SUG nº 12/2018): com foco na Redução da Jornada de Trabalho no Brasil.

Convidados:

- Luiz de Souza Arraes, Coordenador-nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST - Diretor-secretário geral da CNTC e Presidente da Federação dos Frentistas de São Paulo – FEPOSPETRO
- Shakti Prates Borela, Assessora Técnica da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego
- Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do MPT
- Sonia Zerino, Secretária da Mulher da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras - NCST, representante da Confederação das Mulheres do Brasil
- Sr. José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor
- Sr. Wilson Pereira, Diretor Presidente da CONTRATUH

Posição FPE: **Acompanhar**

Resultado: Realizada

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA (CI)

06/05 – Terça-Feira (9h)

Finalidade: Debater o PL 3220/2019, que “altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos,



condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público”

Convidados:

- Luiz Henrique Barbosa da Silva, Presidente Executivo da TelComp
- Glauco Sombrio, Vice-Presidente da Associação Catarinense de Provedores de Internet — APRONET
- Ricardo Brandão Silva, Diretor-Executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE
- Karla França, Confederação Nacional dos Municípios – CNM
- Basilio Rodriguez Perez, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações — ABRINT

Posição FPE: Acompanhar

Resultado: Realizada

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

06/05 – Terça-Feira (10h)

2 - PLP 234/2020

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estimular o uso estratégico das compras públicas para fomentar as atividades de microempresas e de empresas de pequeno porte.

Autor: Sen. Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relator: Sen. Plínio Valério (PSDB/AM), relatório favorável ao projeto

Posição FPE: Favorável ao projeto e ao relatório

Resultado: Aprovado o relatório

4 - PL 4269/2021

Ementa: Dispõe sobre o incentivo ao empreendedorismo jovem nas redes públicas de ensino.

Autor: Sen. Rogério Carvalho (PT/SE)

Relator: Sen. Teresa Leitão (PT/PE), relatório favorável ao PL 4437/2021, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4269/2021

Posição FPE: Favorável ao projeto e ao relatório

Resultado: Retirado de pauta

5 - PL 1075/2022

Ementa: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador.

Autor: Sen. Fabiano Contarato (PT/ES)



Relator: Sen. Randolfe Rodrigues (REDE/AP), relatório favorável ao projeto

Posição FPE: Favorável ao projeto e ao relatório

Resultado: Retirado de pauta

6 - PL 3470/2019

Ementa: Insere o art. 433-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir às microempresas e às empresas de pequeno porte que admitirem aprendizes prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados.

Autor: Sen. Jayme Campos (DEM/MT)

Relator: Sen. Efraim Filho (UNIÃO/PB), relatório favorável ao projeto

Posição FPE: Acompanhar

Resultado: Retirado de pauta

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

06/05 – Terça-Feira (14h)

Finalidade: Debater Termos da Ocupação por Plataforma (TOP), dispendo sobre os direitos e benefícios do profissional conectado, suas relações com Trabalho, Previdência e Plataformas.

Convidados:

- Ilan Fonseca de Souza, Procurador Regional do Trabalho da 5ª Região
- Ricardo Colturato Festi, Professor da Universidade de Brasília
- Alessandro Sorriso, Presidente da Associação dos Motofretistas do Distrito Federal– AMAEDF
- Jair Almeida, Presidente da Associação dos Trabalhadores por Aplicativos e Motociclistas do Distrito Federal e Entorno – ATAM
- André Alencar Porto, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia – AMOBITEC
- Representante Ministério da Previdência Social
- Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado
- Ricardo Leite Ribeiro, Diretor de Políticas Públicas da Uber no Brasil
- Fernando Paes, Diretor Sênior de Políticas Públicas e Assuntos Governamentais da 99
- Victor Callil, Diretor Administrativo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP
- Estevão Mallet, Sócio do Mallet Advogados Associados

Posição FPE: Acompanhar

Resultado: Realizada

07/05 – Quarta-Feira (9h)

3 - Emenda(s) de plenário ao PL 2830/2019

Ementa: Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

Autor: Sen. Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relator: Sen. Rogerio Marinho (PL/RN), relatório contrário à Emenda nº 2-PLEN

Posição FPE: **Acompanhar**

Resultado: Aprovado parecer contrário à Emenda nº 2-PLEN. Voto contrário ao parecer do Sen. Paulo Paim.

6 - PL 6040/2019

Ementa: Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”, para garantir que as mulheres que estejam até na 18ª semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência.

Autor: Sen. Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relator: Sen. Ana Paula Lobato (PSB/MA), relatório favorável ao projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta

Posição FPE: **Favorável ao projeto e ao relatório**

Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatora

10 - REQ 15/2025

Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as Terapias Celulares Avançadas.

Posição FPE: **Acompanhar**

Resultado: Aprovado

11 - REQ 26/2025

Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o uso de saúde digital para prevenir sequelas neurológicas em recém-nascidos internados na UTI Neonatal.

Posição FPE: **Acompanhar**

Resultado: Aprovado

12 - REQ 27/2025



Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir "Os Impactos da Pejotização no Brasil".

Posição FPE: Acompanhar

Resultado: Aprovado

07/05 – Quarta-Feira (14h)

Finalidade: Debater as recentes decisões da Agência Nacional de Saúde Suplementar que têm gerado grande repercussão e preocupação na sociedade brasileira, esclarecer as medidas adotadas pela agência e discutir eventuais impactos sobre os usuários de planos de saúde.

Convidados:

- Representante Ministério da Saúde
- Ana Paula Sila Cavalcante, Representante da Diretoria de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS
- Rafael Pedreira Vinhas, Representante da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS
- Representante Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal
- Cesar Sergio Cardim Junior, Superintendente de Regulação da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FenaSaúde
- Marcos Novais, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde – ABRAMGE
- Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública
- Marina Pauledli, Advogada do Programa de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores - IDEC

Posição FPE: Acompanhar

Resultado: Adiada

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

07/05 – Quarta-Feira (9h)

2 - PEC 12/2022

Ementa: Altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos.

Autor: Sen. Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

Relator: Marcelo Castro (MDB/PI), relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo

Posição FPE: Acompanhar

Resultado: Vista coletiva

